

Os primórdios da educação doméstica em Sergipe

Resumo

O presente artigo tem por finalidade expor a origem da educação doméstica no estado de Sergipe¹, desde seus primeiros indícios até o final do século XIX. Nesse sentido, compreenderemos a história da educação doméstica instaurada à sombra da fragilidade e dos ensaios de instalação da ordem educativa pública estatal apresentada em Sergipe, mantendo e dando sobrevida ao ensino na casa do mestre e da família que, persistem na realidade educacional atual, desta vez, sob o contorno do “ensino de banca”. Para dar cabo dessa tarefa, nos utilizamos dos estudos de Santos (2013); Santos (2011); Vasconcelos (2005) e Silva (2008) que, em suas referidas obras, desvenderam a existência de uma rede de letramento de cunho particular e doméstico durante mais de dois séculos em nosso país, bem como, observamos os indícios dessa prática nas ofertas de ensino presentes nos impressos sergipanos. Contamos também com o apoio da legislação sergipana no período imperial que, demonstrava apoio e convivência com essa prática. Fato é que, sua sobrevivência se deve aos enlaces políticos e sociais que ditaram o modo de vida de uma população carente em iniciativas públicas escolares, explicando seus incentivos e permanências.

Palavras-chave: educação doméstica; casa; ensino.

Maria José Torres Lima

Universidade Federal de Sergipe –
UFS – Aracaju/SE – Brasil
biamaria25.mt@gmail.com

Silvana Aparecida Bretas

Universidade Federal de Sergipe –
UFS – Aracaju/SE – Brasil
s-bretas@uol.com.br

Para citar este artigo:

LIMA, Maria José Torres; BRETAS, Silvana Aparecida. Os primórdios da educação doméstica em Sergipe. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 338-357, set./dez. 2023.

DOI: 10.5965/1984723824562023338

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723824562023338>

¹ Este artigo é fruto da dissertação de mestrado, intitulada “Ensina-se banca: a oferta da educação doméstica em Sergipe (1880-1930)”, de autoria de Maria José Torres Lima, defendida em 2018.

The primories of domestic education in Sergipe

Abstract

The present article aims to expose the origin of domestic education in the state of Sergipe, since its first signs until the end of the 19th century. In this sense, we seek to understand the history of domestic education established in the shadow of the fragility and the trials of installation of the state public educational order presented in Sergipe, maintaining and giving survival to the teaching in the master's house and the family that, persist in the current educational reality, this time, under the contour of the "bank education". To carry out this task, we used the studies of Santos (2013); Santos (2011); Vasconcelos (2005) and Silva (2008), who, in their works, unveiled the existence of a private and domestic literacy network for over two centuries in our country, as well as, we observed the evidence of this practice in the teaching offers present in Sergipe's printed matter. We also count on the support of the legislation of Sergipe in the imperial period, which showed support and connivance with this practice. The fact is that its survival is due to the political and social connections that dictated the way of life of a population lacking public school initiatives, explaining its incentives and permanence.

Keywords: home education; home; teaching.

Los primores de la educación doméstica en Sergipe

Resumen

El presente artículo pretende exponer el origen de la educación doméstica en el estado de Sergipe, desde sus primeros indicios hasta el final del siglo XIX. En este sentido, buscamos comprender la historia de la educación doméstica establecida a la sombra de la fragilidad y de los ensayos de instalación del orden educativo público estatal presentado en Sergipe, manteniendo y dando supervivencia a la enseñanza en la casa del amo y de la familia que, persisten en la realidad educativa actual, esta vez, bajo el contorno de la "enseñanza bancaria". Para llevar a cabo esta tarea, utilizamos los estudios de Santos (2013); Santos (2011); Vasconcelos (2005) y Silva (2008) quienes, en sus trabajos, develaron la existencia de una red de alfabetización privada y doméstica desde hace más de dos siglos en nuestro país, así como, observamos la evidencia de esta práctica en las ofertas de enseñanza presentes en los impresos de Sergipe. También contamos con el apoyo de la legislación de Sergipe en el período imperial, que mostró apoyo y connivencia con esta práctica. El hecho es que su supervivencia se debe a las conexiones políticas y sociales que dictaban el modo de vida de una población carente de iniciativas escolares públicas, lo que explica sus incentivos y su permanencia.

Palabras clave: educación en el hogar; hogar; enseñanza.

1. Introdução

Existe uma grande lacuna no âmbito da História da Educação em Sergipe, uma prática que se alojou e se estabeleceu fora da institucionalidade escolar, contudo, fora regida, supervisionada e financiada pelo poder público do Estado. Trata-se de um ensino que acontecia em âmbito doméstico e familiar que, não fora das cadeiras isoladas, segundo o estudo de Pinheiro (2002), já que não se enquadrava nos moldes institucionais de uma escola isolada, como tantas abertas após a Reforma Pombalina. Ainda não podia ser considerado um grupo escolar, pois, além de não ter sido forjado com o advento da República, não fora projetado para abrigar um projeto idealizado e organizado pelo Estado. A educação, que incidia em casas de particulares, também não era subsidiada pela Província porque o mestre que lecionava não era financeiramente amparado pelo Estado. Sendo assim, constatamos que esse ensino estava previsto na legislação provincial, sujeita à inspeção da Instrução Pública e do Governo. Não se tratando, portanto, de uma educação informal.

Enraizada no ideário social e cultural de todo o território dos cajueiros e papagaios, a prática de educar crianças e jovens nas casas de um mestre particular ou da própria família mediante um contrato firmado entre contratante e contratado, constituiu-se num “sistema” de instrução largamente praticado, sobretudo no século XIX. Esse tipo de educação pouco ou quase nada havia chamado a atenção dos pesquisadores locais, pois, parecia tão comum, tão naturalizado e cotidianamente popularizado, que passou despercebido pelos historiadores da educação em Sergipe.

É difícil demarcar com exatidão o tempo, mas é possível registrar a existência já assimilada pela sociedade sergipana, um fenômeno muito comum na capital e nas cidades interioranas, a tradição de casas privadas ostentarem em suas fachadas os dizeres: “ensina-se banca”, seguidos do número telefônico, do contato e, por vezes, do turno ou horário da aula ofertada. Eis que por detrás da exposição do serviço educacional oferecido, uma parte significativa da História da Educação em Sergipe carecia de investigação e, como um pesquisador precisa apenas de uma questão associada ao passado para dar voz aos seus autores e analisar transformações de uma sociedade em determinada época, o “ensina-se banca” apresentou-se como um tema de estudo fundamental para a compreensão da constituição histórica da educação de grande parte

da população sergipana que remonta ao século XVII, até os dias atuais, passando por transformações correspondentes a diferentes períodos desta história.

Foi, sobretudo, através do material jornalístico, que pudemos mergulhar nas práticas educativas domésticas, culturais, sociais, políticas e, não mais importante, econômicas, que construíram significados e representações em território sergipano. Nesse aspecto, os jornais, fizeram parte desse trabalho como um alicerce essencial de união às diferentes fontes documentais. As fontes para a realização desta pesquisa foram obtidas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), além de serem utilizados o arcabouço da legislação vigente no período delimitado neste estudo, bem como, artigos, monografias, dissertações e teses acadêmicas.

2. Educação doméstica como uma prática da aristocracia

A educação doméstica ofertada nas casas dos mestres ou da família do estudante, que ocorria externa às instituições escolares, mas, ainda assim, sob o controle do poder público e, especialmente, da família, ganha espaço entre as elites em tempos anteriores à instalação da instrução pública estatal por volta século XIX no mundo europeu e, no final do mesmo século, em território brasileiro. Essa modalidade como um processo e forma de ensino foi amplamente praticada em diferentes etapas etárias e para diferentes conteúdos disciplinares, expandindo-se também para a aprendizagem dos comportamentos sociais.

Preceptores, amas e mestres, faziam parte do cotidiano da classe abastada, sobretudo de príncipes e princesas do continente europeu. Como pessoas de confiança da Coroa, essas pessoas tinham o privilégio de residir na moradia suntuosa e gozar de regalias sociais na corte (Vasconcelos, 2005). No Brasil, não se tem indícios concretos de quando essa prática foi inaugurada, porém, é sabido que aqueles que detinham grande valor econômico ainda no Brasil Colônia, contratavam pessoas letradas para ensinar-lhes e aos seus filhos as primeiras letras, mesmo que rudimentarmente. Além disso, padres jesuítas e suas aulas-régias, eram alocados em residências nas quais se ensinava leitura, escrita e religião.

Foi exatamente nesse ponto que talvez essa prática tenha começado no país, com

os religiosos. Numa época em que aqueles que desejavam seguir a vida religiosa necessitavam alfabetizar-se, algo que iria muito além da vocação.

Diante do princípio da obrigatoriedade de conhecimentos imposto pela igreja aos pretendentes à vida religiosa, os pais eram livres para a escolha de como se daria essa instrução, optando entre os conventos, as escolas imperiais, ou confiando seus filhos a padres que os instruíam em suas casas, como também nas casas dos próprios aprendizes, variando conforme a condição social de ambos, padres e famílias. Discípulos educados por membros da Igreja tornaram-se mestres hábeis, fazendo dos ‘recintos dos claustros e dos conventos’ lugares ‘acanhados para conter toda a ciência que ali se acha’. E, através desses mestres, vão sendo difundidos e popularizados os conhecimentos a quem era permitido e o que era permitido saber, rompendo-se com os limites dos seminários religiosos e tornando-se a educação doméstica uma opção bastante utilizada nessa finalidade. (Vasconcelos, 2005, p. 24)

Sendo assim, aos religiosos era incumbida a função de transferir os seus conhecimentos aos residentes na Colônia, e, durante muito tempo, não foi de interesse português a organização de uma esfera educacional no país. Somente após a expulsão dos jesuítas e a instauração da Reforma Pombalina, algo foi finalmente desenvolvido nesse sentido.

É, assim, no Brasil do século XVII que a prática da educação doméstica vai começando a ganhar espaço. Mesmo num período em que a leitura e a escrita não eram competências consideradas importantes pela maior parte da sociedade, uma vez que as funções sociais e trabalhistas se restringiam a atividades práticas e manuais. Tanto a aristocracia portuguesa recém-chegada quanto a emergente burguesia local, compreendiam ser uma grande oportunidade de destacar-se ainda mais diante do restante da população.

Através da aprendizagem da escrita e da leitura, a elite letrada eleva consideravelmente sua posição de detentora do poder. Assim, aqueles que podiam arcar com as despesas de um mestre exclusivo para seus filhos no seio de sua residência, se sobressaíam em relação aos demais. Os mestres, como assim se intitulavam os professores que ofertavam seus serviços de instrução das primeiras letras ou de aulas particulares, atendiam seus alunos na própria residência ou no domicílio do contratante, mediante

pagamento e horário previamente acordados pelas partes envolvidas.

3. Educação doméstica em Sergipe

Em Sergipe, constata-se que a educação doméstica é praticada desde o período Colonial e é através dos poucos materiais impressos na comarca de Sergipe Del Rey (1696 – 1821), que se percebe uma pequena sociedade letrada residente nesse velho território, pelo menos a partir dos anos setecentos, como mostram os estudos realizados por Santos (2011) e Silva (2013).

Devido à pouca circulação de livros no final do século XVII, e não havendo ainda um fluxo de jornais, as únicas maneiras de descobrir quem eram aqueles que tinham o domínio da escrita e da leitura, era por meio de cartas, bilhetes, testamentos, atestados de óbitos e prestação de contas, além dos documentos oficiais relacionados aos assuntos da comarca. Sergipe contava com um número reduzido de vilas e um território maior que o atual, com uma população escassa e predominantemente rural. Assim era demarcado:

[...] a cidade de São Cristóvão, fundada em 1590, por Cristóvão de Barros, próxima à foz do Rio Sergipe, denominada no século XVIII como cidade de Sergipe e/ou Sergipe d'El Rey, foi capital de Sergipe até 1855. Com a instalação da Comarca de Sergipe em 1696, por determinações do Governador-geral D. João de Lancastrô, foram criadas as primeiras vilas pelo Ouvidor Diogo Pacheco Pereira: Santo Antonio e Almas de Itabaiana (freguesia desde 1675); Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (freguesia em 1679); Santa Luzia do Itanhy (freguesia desde 1680), duas léguas acima do sítio Areticuíba, onde estava instalada a Vila de Santa Luzia, desenvolveu-se a povoação de Estância em torno da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, causa que induziu os habitantes reivindicarem a elevação de título de vila que era de Santa Luzia, fato que se concretizou em 1831, mas desde 1757, por Provisão Régia, foi concedida a povoação autonomia para realizar atos jurídicos como vereações, audiências, rematações entre outros; Santo Amaro das Brotas (freguesia em 1761) e vila em 1699 devido às disputas políticas. Já Vila Nova do Rio São Francisco era denominada de vila, mas era uma povoação, que só foi elevada à vila em 1731. (Nunes, 1996 *apud* Santos, 2011, p. 38)

A ruralidade, predominantemente marcada na comarca sergipana, também foi aquela que desenvolveu naqueles que ali residiam estratégias para que seus filhos tivessem acesso ao conhecimento das primeiras letras, já que, a distância entre uma vila e

outra não permitia que um sistema organizado de escolarização acontecesse. É óbvio, porém, que essas táticas de educação estavam vinculadas quase que exclusivamente com os filhos das classes mais abastadas. Havia ainda capitães, senhores de engenho e outros detentores de poder econômico na província sergipana que proferiam aos escravos domésticos, a oportunidade de receber alguma instrução, juntamente com seus filhos (Nunes, 1996 *apud* Santos, 2011, p. 38).

Por meio de um estudo realizado por Silva (2013), que resultou em sua tese de doutorado, tendo como fontes os testamentos de uma pequena parcela da população sergipana no período setecentista, ficam explicitadas as profissões encontradas nesses documentos e observa-se que, invariavelmente, essas pessoas pertenciam à classe social privilegiada da sociedade. Desse modo, vale destacar os dados encontrados pela pesquisadora:

Quanto à vinculação entre o nível de alfabetismo e letramento e o pertencimento a cargos, comprovamos que havia, pois dos 64 indivíduos que sabiam ler e escrever (alfabetizados), 77% eram portadores de cargos: capitão-mor das entradas (1), escrivão (1), licenciado (1), tenente-coronel (1), juiz (2), sargento-mor (3), capitão-mor (4), coronel (4), tenente (4), padre (7), alferes (8), capitão (11), todos eles alfabetizados. Dos 14 restantes não encontrei nenhuma menção a pertencimento de cargos, apenas que cinco eram portugueses. (Silva, 2013, p. 219)

É possível observar alguns militares, capitães e padres com destaque nas profissões que formavam basicamente a elite letrada sergipana em meados da época colonial, já familiarizados com a escrita e a leitura e que, conseqüentemente, ocupavam cargos de comendo na nascente sociedade local.

Outro artifício da leitura em Sergipe colonial é observado mediante ao acervo de livros encontrados nas vilas e pertencentes a bibliotecas particulares de alguns residentes. Na pesquisa realizada por Santos (2011), foi possível identificar um estoque pessoal de livros de propriedade do senhor Antônio Cazimiro que constituía uma importante evidência de prenúncios de uma cultura letrada na comarca de Sergipe Del Rey. Segundo a mesma autora, esse senhor mantinha uma biblioteca com cerca de 500 livros em sua casa, conforme o inventário deixado para a sua esposa. Assim, a autora conclui que “[...] a referida livraria como uma necessidade criada pela própria estrutura

daquela cidade que, certamente, tinha um público consumidor dos impressos de Antonio Cazimiro” (Santos, 2011, p. 56).

Fica evidente que Antonio Cazimiro tinha conhecimento da escrita e da leitura, e em uma época em que a esmagadora maioria da população era analfabeta, a posse de uma biblioteca particular o sobressaía em relação ao demais. Então, é coerente afirmar que esse senhor tinha um elevado poder aquisitivo e, provavelmente, fora alfabetizado através da educação doméstica.

Conforme as pesquisas de Silva (2013), havia outros registros de pessoas leitoras que possuíam acervos particulares de livros em Sergipe:

[...] Feliz Francisco Nunes, da Freguesia de Santo Amaro das Brotas, filho natural de José Francisco Nunes e de Anna Cardoso, escrava forra, crioula, já falecida, casado com Francisca Caetana da Conceição, também falecida na época do inventário, teve oito filhos, desses, três casados. Era possuidor de um sítio de terras, denominado Calumby, com casas de morada, de outro sítio, onde morava, o sítio Nossa Senhora da Conceição e também possuía uma casa na Vila de Santo Amaro. Era proprietário de 15 escravos, mas apesar de ser filho de uma liberta, deixa em seu inventário vestígios de que fora educado, ao informar, em seu testamento, que utiliza um livro de contas para registrar suas dívidas ativas, passivas e contas de sua fazenda. Fica, desta forma, evidente a existência de uma escrituração contábil e com ela a educação elementar que era ler, escrever e contar. Deixa também um livro, pequeno, arrolado em seu inventário pelo valor de sessenta réis. O outro possuidor de livros era o Padre Antônio Correia Dantas, que deixa quatro breviários no valor de cinco mil réis, arrolados em seu inventário, juntamente com um sinete com pé de prata no valor de trezentos réis. Não deixa testamento e tem como inventariante o Sargento-mor, seu irmão, Joze Correa Dantas. (Silva, 2013, p. 138-139)

Essas evidências demonstram que, ainda no período Colonial, quando não havia um sistema integrado de escolas estatais, existia um pequeno grupo de pessoas que conseguia ler e escrever. Provavelmente esses conhecimentos foram adquiridos com o auxílio de um mestre particular, ou seja, na prática da educação da casa. Sendo assim, é imprescindível destacar que o ensino em domicílio dava conta de uma pequena parte da sociedade, porém, para a maioria, as opções eram limitadas, ou simplesmente não havia alternativa.

A educação doméstica em Sergipe e no Brasil setecentista reproduzia, de certa forma, os modelos europeus, na medida em que ocorria no espaço doméstico, porém, as professoras e professores nem sempre eram pessoas formadas para tal fim, mas, aquele que soubesse um pouco mais que outrem, estava apto a ensinar, “[...] qualquer um que dominasse os rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo não se sentiria constrangido em transmití-los em ambientes domésticos, privados” (Siqueira, 2006, p. 9). Essa era a premissa principal do ensino na casa.

Apesar de Sergipe ser no século XVIII uma capitania subalterna administrativamente à Bahia, de não ser de ponta da economia colonial, nem urbana, nem mineradora, cuja maioria da população morava na zona rural, havia uma elite não só econômica, política e social, mas também instruída. Tal elite era composta não só por agentes judiciários (juízes, escrivães, tabeliães, avaliadores, partidores, oficiais de justiça, dentre outros), agentes administrativos (ouvidores, capitães-mores, sargentos-mores, camareiros, etc.), profissionais liberais (advogados, médicos), religiosos, militares, como também negociantes, e os despossuídos desta instrução elementar (ler, escrever e contar) recorriam a eles, aos profissionais da escrita, aos escreventes, parentes e amigos para terem e fazer valer seus direitos legais, não alterando em muito o seu cotidiano social, jurídico e religioso pelo fato de não serem instruídos. (Silva, 2013, p. 26)

De acordo com Nunes (1984), a primeira escola instalada em Sergipe Del Rey se deu no ano de 1575 e, mais tarde, alguns mestres foram trazidos para ensinar nas vilas existentes na província. A educação doméstica era, então, a maneira de suprir a falta da atuação do poder público, já que com a expulsão dos jesuítas da Colônia brasileira o governo não havia assegurado a educação estatal de qualidade para seu povo e as aulas aconteciam “[...] em sua maioria no interior das casas-grandes engenhos e fazendas, responsáveis pela alfabetização dos filhos dos senhores de terra e agregados à sociedade patriarcal” (Nunes, 1984, p. 265-266).

No início dos oitocentos, devido à estagnação das escolas organizadas pela Coroa portuguesa em território sergipano, a educação doméstica vai ganhando destaque. Nesse sentido, percebe-se que:

[...] para as elites no século XIX, a educação doméstica era amplamente aceita e reconhecida como a maneira mais adequada para que seus filhos e filhas recebessem ensinamentos. Naquela época havia nacionalmente um intenso debate a respeito de qual seria o limite, a partir da instrução e da educação, em que seria responsabilidade do Estado educar e/ou instruir as crianças, pois não bastaria aos aprendizes a obtenção de conhecimentos de Português, Música, Línguas, etc. Era também preciso fazê-los adquirir princípios essenciais à convivência social. (Amorim, 2012, p. 35)

A definição do que era o papel da educação doméstica e o que era o papel da escola mantida pelo Estado não passava por sua democratização, pois a classe social que sustentava os debates educacionais tinha um objetivo bastante claro: intelectualizar-se o máximo possível para distinguir-se da maioria da população iletrada. Em biografias de filhos abastados da sociedade sergipana, torna-se possível perceber com clareza a importância que a educação doméstica possuiu em suas carreiras profissionais. Eles conseguiram manter a condição social de suas famílias, em parte, devido às aulas particulares que recebiam no espaço de suas casas, principalmente aqueles que residiam em municípios distantes da então capital São Cristóvão (Santos, 2013).

Muitos desses meninos e, mais tarde, de meninas, estudavam em casa as noções básicas de leitura, escrita e cálculos, para poderem participar de exames de admissão de escolas de ensino secundário em outros estados. Corroborando a informação de que as famílias abastadas do século XIX contratavam professoras (es) para proporcionar aprendizagem a seus herdeiros, destaca-se a preceptora alemã Marie Lassius.

[...] havia chegado à Província de Sergipe em princípios de 1863, contratada, por uma família da elite açucareira do vale do Vaza-Barris, encabeçada por um político ascensionista de pouco mais de quarenta anos e por uma jovem senhora que acabara de debutar. Fruto do primeiro casamento do comendador, havia, além de Amélia, o pequeno Pedro Dias Dantas e Mello (185? — ?), órfão ao qual a boa madrasta se apegara como se filho dela fosse e que, vez por outra, desfrutava das lições da preceptora alemã. (Albuquerque, 2015, p. 9)

Na resenha escrita por Barbosa (2016) acerca da obra de Albuquerque, citada acima, o cotidiano da preceptora alemã e de sua pupila Aurélia, demonstrava não apenas aspectos educacionais de uma época, mas também a vivência cultural e social da jovem

sergipana no século XIX. Desse modo, percebemos o quanto era importante para os mestres domésticos preencherem os requisitos necessários para se tornarem aptos a educar os filhos da elite. Nesse sentido, Vasconcelos (2018) esclarece que, além da preferência que as famílias davam às estrangeiras, as recomendações de conduta, a posse de diplomas, o padrão de obediência e disciplina, eram habilidades essenciais para a educação das meninas em condição privilegiada na sociedade.

Após a primeira metade dos oitocentos, a função de mestre particular se sobressaía à de preceptoria, principalmente quando começam a aparecer no estado diferentes escolas de ensino secundário. Uma delas é o internato masculino Parthenon Sergipense, criado pelo educador Severiano Cardoso, que ganhou evidência no meio social da nova capital Aracaju, por receber, com pompa, alunos endinheirados vindos de todo o estado, porém, apenas podiam se matricular no referido colégio aqueles que conheciam as primeiras noções dos estudos elementares.

A seguir encontram-se trechos da vida escolar desses estudantes que corroboram o explicitado acima.

Antônio Dias de Barros (1871 – 1928), filho de Manuel Dias de Barros Junior, foi aluno da mesma escola, mas teve uma trajetória de formação escolar bem distinta do outro Antônio. Natural de Aracaju, vivenciou a experiência da educação doméstica em um primeiro momento. Com sua mãe, Maria Prisciliana de Carvalho, aprendeu os rudimentos da língua portuguesa. Depois foi aluno das professoras Maria Damásio e Angélica Teles de Menezes, que muito provavelmente ministravam aulas em suas próprias casas. (Santos, 2013, p. 70)

Apesar de o autor não ter certeza da escolaridade de Antônio Dias de Barros anterior à sua entrada no internato Parthenon, sabe-se que para os filhos da alta sociedade sergipana, não havia outro modo de aprendizagem que não fosse com aulas particulares em âmbito doméstico.

Outro aluno do Parthenon foi o laranjeirense, filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães, Antônio Maria Moreira Guimarães. Antes de ser aluno daquela escola, fez as primeiras letras, muito provavelmente na já referida modalidade doméstica. Em 1890, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para os estudos superiores. Todavia, não chegou a concluir este curso, pois em 1893 foi dispensado por ser considerado

fisicamente incapaz para o serviço militar. (Santos, 2013, p. 70)

Importante relatar que os meninos no mencionado internato, não vinham somente da capital, mas de todo o estado, como no caso acima. Conclui-se que nesse aspecto não havia distinção; pelo contrário, os grandes proprietários de terras eram os habitantes das cidades do interior. Vejamos mais um exemplo de ensino doméstico citado pelo mesmo autor:

trajetória distinta realizou o filho de Policarpo José de Santa Rita Dantas e Maria Rosa Aranha Dantas. Nascido em 1810, em São Cristóvão, então capital da província de Sergipe d'El Rey, Manuel Ladislau Aranha Dantas, foi agraciado já perto do fim da vida, faleceu em 1875, com o título de Conselheiro do Império. Seu percurso de vida até aí começou provavelmente com uma formação escolar doméstica, bem comum à época. Em 1827 entrou na Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e se formou cinco anos após. Poucos meses depois foi aprovado em concurso para a Cadeira de Filosofia de sua cidade natal. (Santos, 2013, p. 71)

Ressalta-se que aqueles alunos que tinham a oportunidade de continuar os estudos após a educação em casa, geralmente faziam faculdade em outros estados e até em outros países e, quase sempre, as profissões de destaque desse século eram as mais procuradas além, é claro, da profissão docente, escolhida por muitos por ser uma profissão com poucas pessoas qualificadas para tal função. A seguir, observamos a trajetória de mais um garoto que aprendera os rudimentos da escrita e da leitura em casa:

natural de Aracaju, onde nasceu em 1876, teve sua formação escolar iniciada na educação doméstica: aprendeu com a mãe os rudimentos da língua portuguesa. Depois, frequentou escolas de diferentes professores, nos diferentes lugares em que esteve acompanhando seu pai. Em 1883 estava no Maranhão. De lá foi para o Pará e depois Pernambuco, onde começou o curso de preparatórios. Estes foram concluídos em São Paulo em 1895. A possibilidade de cursar uma faculdade poderia lhe garantir alguma estabilidade, ainda que breve. De fato, em 1897 tornou-se aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel em 1901. (Santos, 2013, p. 122)

A possibilidade de continuar os estudos em áreas de atuação conceituadas, dava a esses indivíduos larga vantagem em relação aos seus contemporâneos, especialmente, os

das classes pobres. Sua vida escolar se iniciava com a educação doméstica e era concluída nas faculdades de destaque em outros lugares. Assim, não havia competição entre classes, mas, havia concorrência entre os mesmos pares. Quase sempre, esses garotos voltavam a Sergipe e ocupavam cargos de mando da estreita ponta da pirâmide de ocupação do trabalho social, ou ainda, na vida pública e política do Estado. Dessa forma, a ascensão social vinculada à oportunidade educacional está na origem da oferta de educação à população, bem como, em sua perpetuação.

Com as mulheres a situação era mais precarizada, pois a prioridade era a educação dos meninos. Em todo o caso, aquelas que recebiam os conhecimentos mais elementares só poderiam participar se, preferencialmente, as aulas fossem em casa. Os senhores de engenho, mais ortodoxamente patriarcais da época, principalmente, eram os que optavam por contratar os serviços de uma preceptora ou professora particular, porém, havia aqueles que preferiam enviar as filhas para colégios internatos.

Para instruí-las em casa, os patriarcas anunciavam, nos jornais, a necessidade de contratar pessoas para se encarregarem de tal ensino. Deveriam ser senhoras que soubessem iniciar as meninas no conhecimento da gramática portuguesa, da geografia, da música, do piano; e que, também, as instruissem no conhecimento da língua francesa: não só no traduzir como no falar essa língua (Freyre, 1985). Muitas preceptoras estrangeiras não conheciam a língua portuguesa muito bem, mas, somente pelo fato de terem recebido uma educação europeizada, eram as preferidas dessa clientela.

Havia escolas de primeiras letras, mas, quase todas em péssimas condições de ensino, com professores despreparados e em locais de difícil acesso. Além do que, a população não conseguia, ainda, perceber a importância da educação escolar na busca da formação de sua identidade e de seus costumes, bem como na afirmação da sua civilidade e política social.

Aliás, foram os impressos os percussores de uma rede de informações para a população. Em Sergipe, os jornais do século XIX foram utilizados pelos professores primários e pelos pais dos alunos como ferramenta de legitimação e divulgação de serviços, pois estes seriam divulgados onde quer que a população ilustrada estivesse. Foi por meio deles que se tornou possível afirmar que havia uma significativa rede de educação doméstica em Sergipe durante o século XIX, concorrendo com o atendimento

dado nos colégios particulares e ultrapassando o atendimento dado pela escola pública controlada pelo Estado (Amorim, 2012).

Dessa forma, ressaltamos que a educação em casa em Sergipe, era quem dava subsídios para que a população das classes elevadas se tornasse instruídas. Através dos jornais, que eram exclusivamente lidos por aqueles que já haviam sido alfabetizados, a alta sociedade detinha o poder da troca de serviços entre seus próprios pares, afinal, a elite letrada e os mestres compartilhavam algo: a escolarização.

A escassez de escolas públicas, para a maioria da população, em contrapeso com o grande número de escolas domésticas, para a minoria da sociedade, tornava injusta uma competição de cunho instrucional entre esses pares.

[...] as poucas escolas existentes — por vezes, colocadas pelo próprio Estado — aliadas às limitadas expectativas da população e às necessidades de sobrevivência no Brasil Oitocentista, essencialmente rural, cujas terras eram divididas entre grandes proprietários, faziam com que grande parte da população desconhecesse a escola, não alimentando nenhuma perspectiva quanto a ela ou qualquer interesse pelo seu “saber”. A realidade vivida pelas classes menos favorecidas era extremamente rude e precária, constituindo-se em uma luta diária pela sobrevivência, impedindo que se empreendesse meios de frequência à escola. Além disso, havia muitas restrições às ideias de democratização do ensino e elas confrontavam os limites políticos e culturais típicos de uma sociedade escravista, autoritária e baseada nas desigualdades sociais. O Estado Imperial tinha presença muito pequena no que tange à instrução, até porque a própria escola não havia se firmado detentora de um lugar social legítimo. Eram contestáveis a sua existência e necessidade. (Vasconcelos, 2005, p. 25-26)

Cabe ressaltar que, no Império, o Brasil passava por entraves político-econômicos e sociais resultantes da governabilidade de D. Pedro I. Vários setores da sociedade civil demonstravam-se insatisfeitos com as direções para as quais o príncipe conduzia o país e, tempos nebulosos ameaçavam a paz na ex-colônia. Um desses entraves era o descaso com a educação por parte do governo imperial. Brasileiros que saíam de suas províncias para estudar nas respectivas capitais, ou mesmo em Portugal, distinguiam as disparidades educacionais presentes no país, e, imbuídos de ideias intelectualizadas, pensavam na

possibilidade de o Brasil, na totalidade, participar da trajetória moderna que estava redefinindo o processo civilizatório ocidental.

O alcance da modernização seria inevitável, porém, para alcançá-la seria preciso enfrentá-la com armas equivalentes e desafiadoras. A mudança proposta deveria ser dirigida de dentro, ou seja, partir daqueles que mais sofriam com a atual situação do país, através da “revolução dentro da ordem” ou de uma “revolução contra a ordem” (Fernandes, 1964, p. 143). É neste sentido que, a eclosão de focos isolados de rompimento da ordem, deliberará definitivamente a estrutura da sociedade brasileira, bem como sua economia, industrialização, e é claro, a educação.

Em meados dos oitocentos, muitos reclamavam que o Brasil caminhava a passos lentos para a modernização e, uma das soluções para o rápido incremento a esse novo contexto, perpassava por uma constituição organizada da instrução pública primária e secundária nas províncias. Na província sergipana, essa época foi marcada pelo desinteresse do governo com os assuntos educacionais, reflexo, claro, do descaso fatural do governo geral do Brasil para com a instrução primária e secundária. Havia no estado, uma rede de escolas públicas e privadas. E ainda existia, como já foi visto anteriormente, a educação doméstica, que seguia firme na oferta de ensino através dos jornais que circulavam nas cidades de Aracaju, Laranjeiras, Lagarto, Propriá, entre outras.

Nesse estado, “a distribuição das escolas não obedecia ao critério da população escolar. As cidades localizadas mais próximas da capital eram mais bem atendidas que as mais distantes, mesmo que estas possuíssem uma população superior” (Oliveira, 2004, p. 6). E isso, num período em que a urbanização das cidades mais importantes de uma província estava impregnada de deformidades arquitetônicas, estruturais, sanitárias etc.

Após a primeira metade do século XIX, o administrador da província sergipana, Dr. João Dabney d’Avellar Brotero, cria uma lei provincial na qual é possível identificar medidas de inspeção escolar, no sentido de acompanhar de perto as práticas educacionais presentes em território sergipano. Nas disposições dessas resoluções acerca da fiscalização, observamos os seguintes artigos:

Art. 1º. O Governo da Província fica autorizado a reformar o Sistema da Inspeção da Instrução Pública e Particular da Província, expedindo Regulamentos sobre as seguintes bases:

§1º. À Inspeção e Governo da Instrução em toda Província compete: 1º. Ao Presidente da mesma.

2º. A um Inspetor Geral de Instrução Pública.

3º. A Inspetores de Distrito, um em cada Comarca.

4º. A Conselhos Literários que existirão, um em cada Comarca. 5º. Aos Subinspetores, um em cada lugar onde houver escolas.

§ 2º São sujeitos à Inspeção e Governo:

1º. As aulas e estabelecimentos que se ocuparem do Ensino Primário e Secundário públicos ou particulares para um e outro sexo.

2º. Os Lyceus e Seminários instituídos por Leis Provinciais para ambos os sexos; salvo se se regerem por Lei Orgânica Especial.

3º. **Os colégios e casas de educação para ambos os sexos.**

§3º. O Inspetor Geral será o Chefe da Repartição do Ensino Público e o intermediário de toda a correspondência com o Governo; será nomeado pelo Presidente da Província e conservado enquanto convier ao Serviço Público. Suas atribuições serão definidas em Regulamento pelo mesmo Governo, devendo compreender essencialmente as seguintes:

1º. Inspeccionar, instruir, e dirigir a todos os empregados da Instrução Pública, assim como aos estabelecimentos particulares de instrução.

2º. Prestar ao Governo todas as informações que lhe forem determinadas em virtude do Regulamento, ordem ou despacho.

3º. Conceder licenças aos empregados da Instrução até 15 dias.

4º. Julgar, guardadas as fórmulas dadas pelo Regulamento, as faltas praticadas pelos professores e impor-lhes as penas de repreensão, multa até 30\$000 réis, suspensão e demissão nos casos, e pela forma designada na Lei número 508 de 16 de junho deste ano.

§4º. Os Inspetores de Distrito serão escolhidos entre as pessoas de reconhecida ilustração. Suas atribuições serão definidas pelo Regulamento, devendo compreender essencialmente as seguintes:

1º. Inspeccionar, instruir e dirigir todos os empregados da Instrução Pública, assim como aos estabelecimentos particulares de instrução do seu Distrito.

2º. Prestar ao Inspetor Geral todas as informações, esclarecimentos e mapas que lhes forem determinados pelo Regulamento, ou por ordem, ou despacho do mesmo Inspetor. (Sergipe, 1858, p. 27-34)

Objetivando a fiscalização das práticas de educação presentes no período imperial, o Estado propunha leis de regularização e ordem, como o primeiro passo para a centralização do ensino no país. Ora, sabe-se que essa organização somente aconteceu verdadeiramente com o advento da República e a instauração do novo modelo de escolarização da “ordem e do progresso”.

Neste sentido, o governo de Sergipe conceitua detalhadamente as práticas de educação que acontecem na província, para tornar bem claro a quem se destina os fundamentos da legislação assentada e, definindo assim, até onde irá alcançar. O recorte abaixo é da lei instituída por Francisco Jose Cardozo Junior, então presidente da província sergipana, que aperfeiçoou a lei proposta por Dr. João Dabney d'Avellar Brotero e a impôs à sociedade na década de 1870.

Art. 5.º A Instrução Pública ou Particular será sempre dada na conformação das instituições do país, sendo aquela sob a imediata direção do Governo e esta simplesmente por ele inspecionada.

Art. 6.º A Instrução será difundida:

1.º Por Escolas Públicas e Particulares de Instrução Primária; 2.º. Por Aulas Avulsas Públicas de Instrução Secundária;

3.º Por um Estabelecimento Oficial da mesma instrução;

4.º por aulas particulares. (SERGIPE, 1870, art. 5-6)

Destaca-se entre a descrição das instituições educacionais presentes no estado, a educação doméstica no item 4.º; observamos que ela está em uma categoria separada dos demais estabelecimentos de instrução. Não é um colégio particular, nem público e também não é um Estabelecimento Oficial da mesma instrução. Portanto, sendo uma prática já consagrada em Sergipe, recebe um lugar no Regulamento Orgânico da Instrução da Província de Sergipe.

A interferência do Estado na educação doméstica vai pouco a pouco, não apenas a afirmando ainda mais, acaba por também promover outros debates educacionais, que imbuídos de ordem centralizadora, estendiam-se rumo a um novo século, com novas diretrizes e velhas resoluções dissolutas. A dificuldade em administrar a variedade de estabelecimentos de ensino presentes em Sergipe abre possibilidade para que novas instituições sejam abertas. Ao mesmo tempo em que planejava fiscalizar todas elas, o governo provincial se via diante do obstáculo tomado por essa enorme abundância e, claro, saía em desvantagem, principalmente no crescimento acelerado de casas e prédios de instrução particular.

Após o Império, a educação praticada na casa do mestre e da família sergipana continuaram existindo, mas, sob outros contornos, até chegar ao patamar que

encontramos atualmente, a banca!

4. Considerações finais

Sem arriscar uma leitura anacrônica da história da educação de Sergipe, não estamos tentando dizer que a educação doméstica dos oitocentos seja uma continuidade linear das “bancas” atuais, apenas identificando que a educação doméstica ainda é uma realidade significativa no cotidiano de vários professores e professoras e de crianças e jovens que, concomitantemente, frequentam as salas de aula das redes públicas e particulares consolidadas em todas as cidades sergipanas.

Entendemos que profundas transformações foram operadas nesse ensino e, a banca e, seu sucessor, o reforço escolar, possuem, ainda, características educacionais que moldaram a escolarização de toda uma sociedade. Sua sobrevivência se deve aos enlaces políticos e sociais que ditaram o modo de vida de uma população carente em iniciativas públicas escolares. Contudo, as transformações sofridas pelo ensino da casa ao longo do tempo, demonstram o quanto um tipo de instrução consegue resistir às mudanças de toda uma nação.

Referências

ALBUQUERQUE, Samuel. **Nas memórias de Aurélia**: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2015. 152 p.

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente**: a instrução primária em Sergipe no século XIX (1826-1889). Fortaleza: Edições UFC, 2012.

BARBOSA, Everton Veira; ALBUQUERQUE, Samuel: nas memórias de Aurélia: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, 152 p. **História, histórias**, [Brasília], v. 4, n. 7, p. 231-233, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/hh.v4i7.10938>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRETAS, Silvana Aparecida. **Ensina-se banca**: a oferta e a prática da educação doméstica

em Sergipe (1880 a 1960): relatório de pesquisa jul – 2014 a jul – 2015. [S.l.: s.n.], [2015].

CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju (1830-1871). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju: Livraria Regina, n. 20, p. 96-120, 1951. Separata.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da USP, 1973. 579 p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 7ª ed.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984. (Coleção Educação e Comunicação, v. 13).

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e educação**: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. 2013. 130f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Vera Maria dos. **A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos**. 2011. 270f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SERGIPE. Lei n. 508 de 16 de junho de 1858. In: COLLECÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA PROVINCIAL DE SERGIPE: 1853 a 1858. [Aracaju?]: Typ. Provincial: No Largo do Palácio, [1858]. v. 1: A-H. p. 27-34.

SERGIPE. Regulamento Orgânico da Instrução da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870: anexos. In: COLLECÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA PROVINCIAL DE SERGIPE: 1866 a 1875. [Aracaju?]: Typ. Provincial. [1875?]. v. 1: A-H.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725 – 1800)**. 2008. 380f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster**: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825 – 1875). 2006. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, M. C. C. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. **Cadernos De História Da Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 285-308, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.14393/che-v17n2-2018-2>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Recebido em: 14/04/2022

Revisões requeridas: 07/03/2023

Aprovado em: 31/05/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 24 - Número 56 - Ano 2023

revistalinhas@gmail.com